

MARTINS, Edson Ferreira. Atlas lingüístico do Estado de Minas Gerais: o princípio da uniformidade da mudança lingüística nas características fonéticas do português mineiro. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 4, n. 7, agosto de 2006. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

ATLAS LINGÜÍSTICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS: O PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA NAS CARACTERÍSTICAS FONÉTICAS DO PORTUGUÊS MINEIRO

Edson Ferreira Martins¹

edsonletras@ufv.br

RESUMO: Nenhuma língua é uma realidade estática. Todas apresentam, enquanto faladas por uma comunidade qualquer, grande variabilidade social, espacial e um lento, mas contínuo, processo de mudança no tempo. Neste artigo objetivo fazer uma apresentação dos condicionamentos históricos que propiciaram o surgimento do Atlas Lingüístico do Estado de Minas Gerais (ALEMIG). Paralelamente, busco apresentar os resultados obtidos na última fase da pesquisa em cujo momento o foco se volta para a interpretação dos diferentes caminhos percorridos pela mudança lingüística na língua portuguesa. Com base na teoria da variação e da mudança lingüística de Labov (1994), partindo do presente e voltando para o passado, utilizo nesse trajeto inverso os dados do ALEMIG para explicar as tendências observadas no câmbio lingüístico que estão ocorrendo na variedade brasileira do português. Com base no princípio da uniformidade da mudança lingüística, concluo que tais tendências são da mesma categoria e ordem de magnitude que as que ocorreram no latim hispânico.

PALAVRAS-CHAVE: mudança lingüística; dialetologia; diacronia;

INTRODUÇÃO

No presente artigo, pretendo situar o contexto de surgimento do *Atlas Lingüístico do Estado de Minas Gerais* (doravante ALEMIG) dentro das ambições de um quadro programático de investigação científica que gerou as condições necessárias para a elaboração de pesquisas dialetológicas na segunda metade do século XX em centros universitários brasileiros. Paralelamente, busco apresentar os resultados obtidos durante minha pesquisa no projeto ALEMIG, empreendida entre março de 2000 e fevereiro de 2001.

Em Brandão (1991:43) temos uma apresentação de autores que manifestaram pioneiramente o interesse científico por um maior conhecimento da variedade brasileira do português, dentre os quais a autora destaca os nomes de Amadeu Amaral – a quem se

¹ Universidade Federal de Viçosa (UFV).

refere como “o primeiro dialetólogo brasileiro” – e Antenor Nascentes. Cardoso (1998: 165), por sua vez, fazendo um apanhado dos caminhos percorridos pela geolingüística brasileira no século passado, estabelece uma linha cronológica evolutiva objetivando demonstrar como se formaram as bases para a elaboração de um atlas lingüístico do Brasil. Segundo a autora, neste ponto as primeiras discussões se deveram a Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e ao próprio Antenor Nascentes, que escreveu, entre 1958 e 61, as *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. A partir da década de 60, num contexto de efervescência dessas discussões, começam a surgir sistemática e gradativamente os primeiros atlas lingüísticos publicados no país: em 1964 sai publicado o *Atlas Prévio dos Falates Baianos*; em 1977, o primeiro volume do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*; em 1984 é a vez do *Atlas Lingüístico da Paraíba*; e três anos depois, em 1987, vem a lume o *Atlas Lingüístico do Sergipe*; finalmente, em 1994 temos a publicação do *Atlas Lingüístico do Paraná*. Aguilera (1998) dá conta, ainda, de outros estudos em andamento que buscam mapear a variação diatópica de outros estados, a saber, Acre, Mato Grosso do Sul, Pará, Ceará e Região Sul.

1. DESBRAVANDO AS FRONTEIRAS LINGÜÍSTICAS DE MINAS

Nesta seção pretendo focar especificamente os procedimentos metodológicos que orientaram a elaboração do ALEMIG. Como já foi dito, o ALEMIG nasceu no contexto de efervescência da pesquisa dialetológica brasileira, objetivando conhecer as peculiaridades do português mineiro, na plenitude de sua diversidade diatópica. O projeto teve início no fim da década de setenta (Ribeiro *et al.*, 1977), quando um grupo de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) decidiu dar início à recolha de dados sobre a realidade da língua falada no Estado de Minas Gerais.

Objetivando uma descrição exaustiva dos traços lingüísticos do território, o levantamento do *corpus* desta variedade de língua consistiu num levantamento direto, *in loco*, em diferentes localidades do Estado, precisamente 184 (cento e oitenta e quatro) pontos, através de uma conversação semidirigida, mediante questionários específicos preparados para tal finalidade. O informante selecionado possuía um bom nível de inteligência, mesmo quando analfabeto, era capaz de manter um diálogo com facilidade em temas de sua vivência cotidiana. Além disso, algumas vezes tinha, por um lado,

nível escolar de, no máximo, 3ª série do primeiro grau, ou, por outro, nível superior, pertencendo a faixa etária variável. O fator extralingüístico *nível de escolaridade* foi selecionado na tentativa de se observar ocasionais mudanças geracionais, ou seja, câmbios lingüísticos em tempo aparente (Labov, 1994).

A coleta de dados do ALEMIG trouxe como fruto a publicação de um primeiro volume, o *Esboço de um Atlas Lingüístico do Estado de Minas Gerais*. O resultado das entrevistas, que somam mais de 6.000 (seis mil) horas de gravação, permite concluir que Minas Gerais apresenta acentos, fones, ritmos de fala e preferências lexicais distintas em, pelo menos, três de suas regiões, independentemente de seus estratos sociais.

1.1 OS FALARES DE MINAS

Dadas as condições em que se apresenta a diversidade lingüística brasileira, em contraste com aquela observada em diversas comunidades lingüísticas européias, a dialetologia brasileira optou pela utilização do termo *falar* em vez de se valer do termo *dialeto*. Eis a distinção que Silvio Elia (1962: 64) nos dá:

Os falares resultam de uma *expansão* da língua comum, que vai tomando colorações locais de acordo com as condições geo-humanas de cada região. Não apresentam uma *superposição* de línguas, como se deu com os dialetos românicos na Europa, mas o alargamento da mesma língua comum, que vai ocupando os espaços vazios ou rarefeitos de um território progressivamente colonizado (...). Por isso é comum e legítimo aludir a dialetos franceses, italianos ou espanhóis, mas a essa denominação é preferível, entre nós, o termo falar.

Da diferenciação proposta por Sílvio Elia no trecho supracitado, caminhamos para uma definição mais precisa – e endossada neste artigo –, segundo a qual o termo *falar* é concebido no sentido de “línguas de pequenas regiões, através de um território lingüístico dado, que se distinguem umas das outras por oposições superficiais dentro do sistema geral de oposições fundamentais que reúne todas numa língua comum” (Câmara Jr., 1968: 151). Tal orientação epistemológica é seguida de perto pelos autores do ALEMIG, para quem a diversificação lingüística do território de Minas Gerais apresenta-se sob as formas de três falares (ver anexos):

(i) um *falar baiano*, ao norte, que abarca localidades como Mantena, Galiléia, Governador Valadares, Nacip Raydan, Várzea da Palma e Paracatu. São características deste falar: a predominância das vogais pretônicas baixas, como [ɔh'vaʎu],

[sɛrẽnu]; a presença da africada [tʃ] diante da vogal alta [i], como em [ˈmũtʃu], [ˈotʃu], além da ocorrência de [t] e [d] como coronais, por exemplo [iˈdadi], [ˈdẽti]; e a nasalidade fora de sílaba tônica: [bãˈnãna], [kãmĩŋãw̃].

(ii) um *falar paulista*, que, partindo do sul, na cidade de Passa Vinte e, rumando para o norte, passa por Liberdade, Lavras, Pará de Minas, Divinópolis e, dobrando para o oeste, atinge Vazante, passando por Bom Despacho, Dolores do Indaiá, São Gotardo, Patos de Minas e São Gonçalo do Abaeté, englobando, pois, o Triângulo Mineiro. Como marca inconfundível surge, aqui, o [ɹ] retroflexo, como em [aˈboɹtu] ou [ˈpɔɹvura]. Nas entrevistas, ficou demonstrado que pessoas de nível superior dessas localidades não admitem falarem assim, comportamento esse que advém do estigma que sofre este fone, rotulado como “r” caipira.

(iii) um *falar mineiro*, preso entre essas duas áreas. É peculiar nesse falar: a redução constante dos ditongos [ay], [ey] e [ow], quando não finais, como, por exemplo, em [ˈkaʃa], [ˈpeʃi] e [ˈpoku]; e a inserção da semivogal [y] em sílabas finais e antecedidas de sibilante, [aˈhoys], [ˈfays], [ˈnoys]. É importante ressaltar que essas regras não atingem o falar belorizontino, uma vez que na capital do Estado, pela característica da formação da cidade, houve um nivelamento. De acordo com Zágari (1998: 35), por ter sido uma zona que, ao longo da primeira metade do século XX, recebeu, principalmente, mineiros de todas as regiões, acabou por formar-se uma *koiné*, um nivelamento que, por exemplo, não possui uma marca registrada nas outras regiões. O belorizontino não fala [ˈnoys], [aˈhoys]. Parte dessa área, que estamos denominando de falar mineiro, Nascentes (1958;1961) a chamou de *fluminense*. Porém, não ocorrem neste falar dois traços característicos da fala do carioca: o uso do pronome *tu* como sujeito e a presença da sibilante palatal [ʃ], como em [ˈdoyʃpaʃˈteyʃ].

Uma questão interessante, e que advém em boa parte daquilo que Sílvia Elia chamou páginas antes de “condições de geo-humanas” de povoamento do território mineiro, tem a ver com a dificuldade que os dialetólogos encontram para limitar as zonas de ocorrência de um determinado traço fonético ou gramatical de um falar. No caso da variação lingüística em Minas, como ocorre via de regra, não há como demarcar as fronteiras desses três falares de forma definitiva, no sentido de se verificar onde

começa um e acaba outro, pois as zonas limítrofes estão em constante contato. Por outro lado, isso não anula a diversidade lingüística. Nas palavras de Zágari (1998:35),

um belorizontino, um januarense e um uberlandense se sabem brasileiros e mineiros pela língua que falam, mas se sabem, também, participantes de uma variedade, de uma diferente norma de fala. Qualquer observador atento notará serem eles oriundos de espaços diferentes das Minas Gerais.

2. UM PRESENTE QUE ILUMINA O PASSADO

No período em que desenvolvemos este trabalho de investigação científica as preocupações voltaram-se para a busca da interpretação das variações lingüísticas que ocorriam no território de Minas. A partir de então, a pesquisa deu um salto epistemológico em que se passou de um nível descritivo-observacional para um outro, explicativo, que buscou compreender que fatores de natureza lingüística explicariam a variação/mudança atestada nos falares mineiros. Neste momento da pesquisa, passamos a caminhar com o apoio da orientação metodológica proveniente da sociolingüística laboviana.

Insurgindo-se contra toda uma concepção marcadamente *homogênea* de língua – sustentada pelas obras de vários autores da primeira metade do século XX, mais marcadamente nos trabalhos de Saussure (1916) e Chomsky (1965) –, William Labov admitiu que os fenômenos de mudança, decorrentes da variação, podem ser objeto de estudo e observação. Dito de outra forma, a lingüística laboviana tira a diacronia do limbo em que se encontrava desde a afirmação do Estruturalismo e da publicação do *Cours*.

Em 1994, Labov publica *Principles of Lingüistic Change*, obra que nos interessa particularmente pelo tema desenvolvido até aqui. Neste texto Labov defende a existência de princípios que regulam o *modus operandi* das mudanças lingüísticas. Um deles é o que o autor chama de *princípio da uniformidade*. Segundo este princípio, as mudanças que ocorrem atualmente nas línguas humanas são da mesma categoria e ordem de magnitude que as que atuaram na história de constituição destas mesmas línguas. Vista por essa ótica, a história da língua – diferentemente do que propõe a visão sincrônica ortodoxa – tem muito a contribuir para se compreender o *funcionamento* do estado atual da *projeção sincrônica* (Cosieriu, 1979: 39) que é a própria língua.

Outra observação pertinente de Labov para o estudo da mudança lingüística em curso se refere a uma bifurcação metodológica a que se submete o lingüista. Dois métodos são possíveis: investigar uma dada comunidade e retornar a ela cerca de duas décadas depois (*mudança em tempo real*); ou comparar a fala das pessoas mais idosas com a das pessoas mais jovens, admitindo que o resultado diferencial evidencia uma mudança em curso (*mudança em tempo aparente*). Nos estudos geolingüísticos realizados no Brasil, o segundo modelo de pesquisa mostra-se mais adequado e aplicável do que o primeiro, o que decorre da dificuldade de se encontrar, vinte anos depois, o mesmo informante de uma determinada comunidade, em virtude, por exemplo, de morte ou migração. A metodologia adotada no ALEMIG, em vista disso, dirigiu suas atenções para o estudo da mudança em tempo aparente.

De acordo com Labov (1994: 156) “(...) we can learn about the mechanism of past sound changes by studying changes taking place around us”. A estratégia utilizada em nossa pesquisa consistiu justamente nisso: observar as mudanças que estão ocorrendo atualmente nos falares existentes em Minas Gerais para compreendê-las como obedecendo a uma uniformidade de ação, o que pode ser comprovado observando-se como as mudanças agiram outrora no eixo diacrônico de constituição do português através das formas do latim vulgar. Os dados de que dispomos permitem com segurança identificar alguns caminhos para a interpretação das mudanças emergentes.

2.1 O APAGAMENTO DAS CONSOANTES SONORAS

As gravações registram, respectivamente, as pronúncias [he'lãpu], [f'figu], [s'abu] e [l'ãpa] para os itens lexicais *relâmpago*, *fígado*, *sábado* e *lâmpada*. Registrada a variação lingüística em questão, o que em princípio poderia ser visto como uma tendência errática ou multiforme, torna-se uma característica ontológica da diacronia latino-portuguesa. Basta, para tanto, levar em consideração o apagamento das consoantes sonoras simples /g/ e /d/ – isto é, com o traço de [- quantidade] – na história da língua, uma mudança que gerou, por exemplo, as seguintes evoluções: *ego* > *eu*, *regale* > *real*, e *gradu* > *grau*, *pede* > *pé*.

2.2 O APAGAMENTO DA VOGAL ÁTONA FINAL

Do mesmo modo, o tipo de variação observado na pronúncia [ˈkalis], para *cálice*, em que ocorre a supressão da vogal átona final, é, na verdade, a recorrência de uma outra mudança latino-portuguesa. Mais uma vez age o princípio da uniformidade. Comprovam-no as evoluções *pace* > *paz*, *narice* > *nariz*, *voce* > *voz*.

2.3 O APAGAMENTO DA VOGAL MEDIAL ÁTONA

Também é facilmente encontrada nas transcrições fonéticas do ALEMIG a variação segundo a qual a vogal medial átona não-final de uma palavra proparoxítona tende a se apagar, resultando um dissílabo. É o que se vê em [ˈɔklus] e [ˈkawklu], realizações de *óculos* e *cáculo*. Novamente a compreensão das características sincrônicas do português mineiro são explicadas pelo passado: no *Appendix Probi*², já se percebe essa tendência quando o gramático Probo normativamente recomenda: *speculum non speclum, oculus non oclus*.

2.4 A REDUÇÃO DO GRUPO -NDO NO GERÚNDIO

O gerúndio apresenta na gramática do português falado no Brasil uma característica facilmente observável. Trata-se da redução do grupo *-ndo*, presente na língua escrita, em realizações na língua falada como [faˈlãnu] ou [koˈhẽnu], para as formas *falando* e *correndo*. O que à primeira vista poderia ser visto como uma lei do menor esforço na articulação do morfema é, na verdade, uma tendência observada no câmbio lingüístico latino-português que possibilitou, por exemplo, a mudança *verecundia* > *verecunnia* > *vergonha*. Tanto neste como naquele contexto, o fenômeno se baseia na assimilação do [d] pela consoante nasal [n], ambas alveolares.

2.5 A MUDANÇA EM TEMPO APARENTE

As cartas fonéticas em que figuram os vocábulos *liquidação* e *quatorze*, por sua vez, são fundamentais para o estudo da mudança em tempo aparente. Os questionários,

que primeiramente foram aplicados em meados da década de 70, foram repetidos no biênio 1993-94 em dezesseis pontos estratégicos, distribuídos pelos três falares mineiros. Foram ouvidos homens e mulheres, com escolaridade de nível superior e de 1º grau, sendo a faixa etária do(a) informante situada entre 30 e 50 anos. Formuladas e devidamente respondidas as perguntas dos inquiridores, após a transcrição fonética, constatou-se que: num primeiro momento, [k^w] era predominante, em ambos os sexos e em ambas as escolaridades; passados vinte anos, observa-se que quase inexistente, mesmo em linguagem formal, atingindo, inclusive, outros vocábulos, como [k]estão, lí[k]ido e lí[k]idificador. A discrepância acima observada entre os registros dos dois inquiridos é, sem dúvida, o resultado de uma mudança fonética em andamento. O princípio da uniformidade também é aplicável aqui. Como as outras mudanças supracitadas, essa também ocorreu um dia na evolução da língua, quando, por exemplo, *quaternu* > *caderno* e *nunquam* > *nunca*.

A mudança em que [k^w] passa a [k] parece um exemplo que pode ser aplicado à em favor da teoria da difusão lexical Wardhaugh (1993), segundo a qual a propagação da mudança fonética teria origem em uma *palavra*, e atingiria gradativamente outras palavras da língua. Trata-se, portanto, da hipótese difusionista em que a mudança é vista como *foneticamente instantânea e lexicalmente gradual*.

3. MAPEAR UMA LÍNGUA “UNA”?

No Brasil, onde a investigação científica, em certos casos, ainda busca consolidar metodologias de pesquisa adequadas para a análise de objetos de estudo, bem como – no caso da Lingüística – ultrapassar os limites entre a teoria e a prática universitárias, poderíamos nos perguntar qual a importância de se elaborar atlas lingüísticos, já que vivemos num país “monolingüe”.

As aspas acima obviamente não um mero recurso estilístico. A visão segundo a qual o português do Brasil apresenta uma *unidade na diversidade* – defendida por alguns autores, como Celso Cunha, para ficarmos neste nome – não esclarece o que de fato constitui tal *diversidade*. Pior: advoga em prol da idéia de que todos somos

² *Apud* Coutinho (1968: 38).

detentores de uma mesma competência³ para utilizarmos a língua portuguesa nas práticas sociais do dia-a-dia. Além do que, classificar o Brasil como um país de língua única significa não reconhecer o plurilingüismo do território brasileiro em que coexistem aproximadamente duas centenas de línguas indígenas, embora seja verdade que algumas estejam à beira de extinção, dado o número exíguo de seus falantes.

Sobre a relevância científica da elaboração dos atlas lingüísticos regionais, num país de dimensão continental como o nosso, assim se pronuncia muito apropriadamente Brandão (1991: 75):

Os Atlas lingüísticos, a par de seu valor sincrônico – fotografias que são de um estádio de língua, num determinado momento de sua evolução, num espaço geográfico delimitado –, possuem grande valor diacrônico, de vez que registram, indiretamente, outros estádios da mesma língua, quer pela recolha de formas em desuso em outras regiões, quer pelo levantamento de traços fônicos distintivos.

Gostaria de chamar a atenção para o que Brandão chama de “grande valor diacrônico”. Além de se registrar, através do mapeamento lingüístico, estágios anteriores do português do Brasil, podemos analisar até que ponto as características gramaticais de nossa variedade se aproximam/afastam do português europeu. Deste modo, também trilhamos um caminho inverso em que se olha para o presente da língua (sincronia) para compreendê-la através do passado (diacronia). O reconhecimento da especificidade do que é *nosso*, isto é, do que são *usos lingüísticos que efetivamente ocorrem no português do Brasil* é de fundamental importância para a elaboração de políticas de ensino da língua portuguesa em nosso país.

Para finalizar, sirvo-me mais uma vez das palavras de Monteiro, que estabelece as fronteiras da relação entre variação e mudança lingüística:

(...) as mudanças lingüísticas não se produzem de um dia para o outro: vêm sempre precedidas de uma etapa de variação, em que convivem as formas rivais. Mas devemos ressaltar que nem toda variação implica necessariamente uma mudança. Existem formas alternantes que perduram por muito tempo, sem que se possa dizer que uma delas vai desaparecer ou se transformar. (Monteiro, 2000:131)

Encontramo-nos no momento em que as variantes estão se alternando, o que predispõe, mas não garante a conclusão da(s) mudança(s) em curso. As forças centrípetas que agem sobre a língua escrita desempenham um papel importante na manutenção das variedades conservadoras. De qualquer forma, particularmente na

³ Desnecessário dizer que não estou utilizando o termo no sentido chomskiano. Refiro-me ao sofisma de que os cerca de 170 milhões de brasileiros teriam um *mesmo* saber lingüístico *ideal*.

mudança do tipo [k^w] > [k], o uso da variante inovadora, mais freqüente na segunda geração dos informantes, decrescendo em relação à idade dos grupos mais idosos, indica que se trata de uma mudança em progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGUILERA, Vanderci Andrade. (org.) *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
2. _____. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
3. ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de *et al.* *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984. v. 1,2.
4. BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
5. CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. São Paulo: Iozon + Editor, 1968.
6. CARDOSO, Suzana Marcelino. O Atlas Lingüístico do Brasil: um projeto nacional. In: AGUILERA, Vanderci Andrade. *A Geografia Lingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
7. CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1965.
8. COSERIU, Eugenio. *Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro, Presença; São Paulo, USP, 1979.
9. COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.
10. ELIA, Sílvia. *Dicionário Gramatical*. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.
11. FERREIRA, Carlota *et al.* *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
12. LABOV, William. *Principles of Linguistic Change*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994, v. 1.
13. MONTEIRO, José. Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
14. NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

15. _____. *Bases para a elaboração do Atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1961.
16. RIBEIRO, José. *et al. Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa / Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977. v. 1.
17. ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1964.
18. SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 24ª ed.. São Paulo: Cultrix, 1916.
19. ZÁGARI, Mario Roberto L. Os falares mineiros. In: AGUILERA, Vanderci Andrade. *A Geografia Lingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
20. WARDHAUGH, Ronald. *An Introduction to Sociolinguistics*. 2ª ed. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1993.

ANEXOS

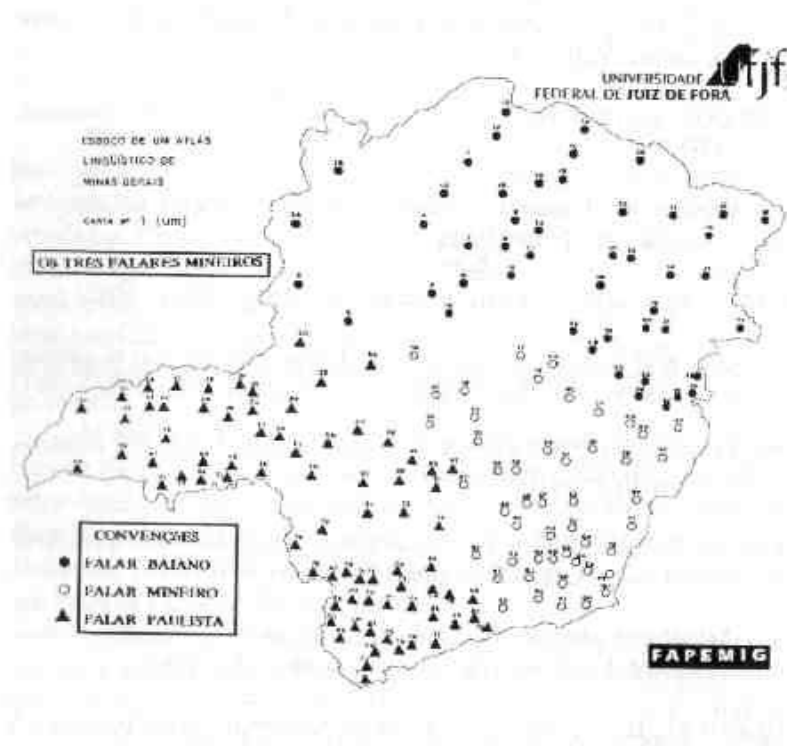


Figura 1: Os três falares mineiros⁴

RESUMO: Nenhuma língua é uma realidade estática. Todas apresentam, enquanto faladas por uma comunidade qualquer, grande variabilidade social, espacial e um lento, mas contínuo, processo de mudança no tempo. Neste artigo objetivo fazer uma apresentação dos condicionamentos históricos que propiciaram o surgimento do Atlas Lingüístico do Estado de Minas Gerais (ALEMIG). Paralelamente, busco apresentar os resultados obtidos na última fase da pesquisa em cujo momento o foco se volta para a interpretação dos diferentes caminhos percorridos pela mudança lingüística na língua portuguesa. Com base na teoria da variação e da mudança lingüística de Labov (1994), partindo do presente e voltando para o passado, utilizo nesse trajeto inverso os dados do ALEMIG para explicar as tendências observadas no câmbio lingüístico que estão ocorrendo na variedade brasileira do português. Com base no princípio da uniformidade da mudança lingüística, concluo que tais tendências são da mesma categoria e ordem de magnitude que as que ocorreram no latim hispânico.

PALAVRAS-CHAVE: mudança lingüística; dialetologia; diacronia;

ABSTRACT: No language is a static reality. All of them, as long as they're spoken by any community, exhibit large social and spatial variability. They also show a slow but continuous process of change in time. In this paper my purpose is to make a presentation of the historical

⁴ Agradeço a autorização para reprodução do mapa ao Prof. Dr. Mario Roberto Zágari, coordenador geral do ALEMIG e diretor científico do ALiB (Atlas Lingüístico do Brasil). A carta geográfica encontra-se publicada originalmente no volume I do ALEMIG (Ribeiro *et al.*, 1977).

conditionings that propitiated the appearance of the Linguistic Atlas of the State of Minas Gerais (ALEMIG). Parallely, I present the results obtained in the last phase of the research when the focus goes back to the interpretation of the different ways taken by the linguistic change in the Portuguese language. Employing the theory of the variation and linguistic change of Labov (1994), starting the journey in the present and going back to the past, I use in this inverse itinerary the data of ALEMIG to explain the tendencies observed in the linguistic change that are happening in the Brazilian Portuguese. Based on the principle of the uniformity of the linguistic change, I conclude that such tendencies are of the same category and magnitude order as the once that occurred in Hispanic Latin.

KEYWORDS: linguistic change; dialectology; diachrony;